



Este artigo foi publicado na edição 1, em dezembro de 2004, da revista eletrônica e-compós: <http://www.compos.org.br/e-compos>

HISTÓRIA E IDENTIDADE: APONTAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS SOBRE A FUNDAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DO CAMPO COMUNICACIONAL

*Luiz C. Martino*¹
Universidade de Brasília

Resumo: Diversidade e fragmentação são características freqüentemente apontadas na definição de nosso domínio de saber. Esta configuração do campo acaba sendo empregada como uma constatação, da qual partem a grande maioria da reflexão epistemológica, sem que portanto haja qualquer exame crítica a respeito.

A tese aqui desenvolvida é que a falta de reflexão epistemológica faz da maior parte de nossos estudos sobre a história do campo um material pouco aproveitável enquanto tal, e por outro lado, a falta de sentido histórico é uma das fontes da ilusão de termos uma visão do campo como sendo muito extenso e variado, e portanto insondável.

Palavras chaves: história da comunicação, epistemologia da comunicação, campo da comunicação.

Abstract: Diversity and fragmentation are the characteristics often pointed in the travails of definition of communication field. This article argue that the lack in the epistemological trough make inappropriate in good part of ours studies about the history of the field and, on the other hand, the lack in the historical purpose is one of illusion source for conception to the field is too many large and diversified and characterized by variety.

KeyWords: history of communication; epistemology of communication; field of communication

Resumée : Diversité et fragmentation sont des caractéristiques fréquentes normalement signalées dans notre domaine de connaissance. Cette configuration du champ est souvent employée comme une constatation, un véritable point de départ pour la grande majorité des réflexions épistémologiques, sans qu'il ait pourtant un examen critique à son égard.

La thèse ici développée suggère que cette lacune dans la réflexion épistémologique fait de la plupart de nos études sur l'histoire du champ communicationnel un matériau peu profitable en tant que tel ; et, d'un autre côté, le manque de sens historique est une des sources de une conception du champ comme étant très étendu et diversifié, et donc insondable.

¹ Doutor em Sociologia pela Sorbonne Paris V

Mots clés : histoire de la communication, épistémologie de la communication, champ communicationnel.

Resumen: Diversidad y fragmentation son características normalmente assinaladas en nuestro domínio de saber. Esta configuration del campo acaba siendo empreada como una constatacion, de la qual partem la grande majorité da reflexão epistemológica, sem que por tanto haja qualquer examen crítico a son respecto.

La tesis aqui deserrolada sugere que la falta de reflexion epistemológica hace de la mayor parte de nuestros estudios sobre la história del campo un material poco aprovechable y, de outra parte, la falta de sentido histórico es una de las fuentes de ilusão de tenermos una vision del campo como siendo mucho extenso y variado, por tanto insondável.

A diversidade das versões

Um aspecto freqüentemente relacionado ao problema das teorias é o da origem ou da formação do campo comunicacional. Como veremos, o problema coloca em jogo muitos aspectos da dimensão epistemológica, mas nosso objetivo é discutir uma observação, aparentemente um tanto óbvia, mas de fato muito pouco considerada, de que a idéia mesma que temos da formação do campo acaba repercutindo sobre o problema das teorias.

Como em qualquer outra matéria, diferentes versões sobre a formação do campo podem ser encontradas. Para Philippe Breton, por exemplo, mesmo que o tema da cibernética tenha um papel de destaque em suas obras, a história das teorias da comunicação começa com a retórica antiga, considerada por ele como uma primeira forma de tecnologia da palavra. Em contraste com esta visão, Bernard Miège, em sua obra *O Pensamento Comunicacional*, além da cibernética, também aponta outras duas influências: o “modelo empírico-funcionalista” e o “método estrutural”, conjunto que o autor considera como as três correntes fundadoras do campo. Todas situadas entre os anos 50 e 60 e que vão se ampliar com mais seis outras nas décadas seguintes (a economia política da comunicação, a pragmática, a etnografia/etnometodologia, as sociologias da técnica e da mediação, a recepção e uso dos meios, as filosofias da comunicação).

Os exemplos poderiam se multiplicar facilmente, sem alterar a lição a ser tirada: os estudos de história das teorias da comunicação parecem oscilar entre estas duas tendências. Algumas fazem recuar suas análises até a antigüidade, ao contrário de outras que visam apenas o presente (ou o passado recente), se concentrando no século XX. É fácil perceber que a discussão sobre a periodização esconde diferenças mais profundas e mais graves. Para um cientista social interessado no usos das técnicas, como por exemplo, Patrice Flichy, o estudo da história da comunicação assume a forma de uma “história social das técnicas de comunicação”, o que desloca o domínio de estudo para uma sociologia histórica e inclui as teorias da sociologia no “campo comunicacional”. Philippe Breton, está próximo desta compreensão do campo, mas tem uma visão particular, já que centra sua análise nas técnicas, ao mesmo tempo em que destaca “a retórica argumentativa” como um ponto chave para o desenvolvimento das pesquisas.

Roger Chartier, por sua vez, dá expressão a esta abertura do campo ao radicalizar os horizontes deste, entendendo que uma história da comunicação está composta por:

“todos os trabalhos (literários, bibliográficos, históricos, sociológicos, etnológicos, etc.) que colocam no centro de sua interrogação o processo mesmo da construção do sentido dos textos (ou das imagens), tal como ele se opera no cruzamento da obra, de sua materialidade e de seus públicos” (CHARTIER, 1999: 19)

E sabemos o quanto a construção de sentido é um assunto complexo, que pode ir muito longe, abarcando vastos domínios da vida social, a história, a cultura e mesmo aspectos da subjetividade dos atores. Vemos, então, que por esta fórmula seria preciso alargar bastante o que se chama “campo comunicacional”, de modo a abarcar as várias disciplinas das ciências do homem, o que aliás é a idéia mesma que Chartier faz da temática da comunicação. Ponto de vista que se alinha com o de Dominique Wolton, que formula claramente a idéia do estatuto epistemológico subjacente a todas estas interpretações do saber comunicacional: “*a Comunicação não é uma disciplina, mas é preciso partir das disciplinas e se servir do capital de experiência e de conhecimento para estudar este objeto interdisciplinar*” (WOLTON, 1997: 82).

Desnecessário dizer que, deste modo, acompanhando esta tendência interdisciplinar, as teorias da comunicação, deveriam coincidir com o conjunto das teorias das ciências do homem, ou qualquer coisa próxima disso.

É o que parece expressar um autor como Armand Mattelart, para quem o problema se colocaria como uma “*arqueologia da comunicação*”, no sentido “*de encurralar os fluxos e os refluxos, as rupturas e as continuidades das formas comunicacionais, assim como os imaginários que as constitui, mais especialmente em sua internacionalização*” (p. 20). Tirando todas as conseqüências da visão interdisciplinar, Mattelart assume “*a plasticidade do termo ‘comunicação’*” e tenta traduzir isto para as teorias da comunicação. Sabemos como sua obra *História das Teorias da Comunicação* reflete esta diversidade e amplitude presentes em sua generosa visão da história da comunicação. Trata-se praticamente de uma compilação de autores e correntes (uma média de dois autores por página), sem atentar muito para os critérios e justificativas de sua seleção. De onde se segue que sua visão das teorias da comunicação seja, na verdade, o equivalente a um rápido panorama do pensamento ocidental do século XX.

Estes exemplos nos mostram que a tendência a recuar no tempo e ampliar o campo – e conseqüentemente o conjunto das teorias da comunicação – acompanha a tendência a aderir à visão interdisciplinar. Mas aparentemente não é exclusivo dela. Dos autores citados, Flichy e com mais razão, Breton certamente procuram fechar um pouco mais o campo, centrando suas pesquisas no aspecto técnico ou nos meios de comunicação. O problema, no entanto, de certa forma persiste, já que o primeiro, muito próximo a uma etnologia das práticas de comunicação, chega a incluir, por exemplo, o piano e a audiência familiar em torno desse instrumento (um hábito burguês corrente no século XIX) em suas análises (FLICHY, 1991) e Ph. Breton, inclui a retórica antiga como uma tecnologia (BRETON e PROULX, 2002; BRETON, 2000). Vemos que ambos

têm visões bastante aberta dos processos comunicativos, apesar de aparentemente serem mais comedidos que Chartier e Mattelart.

De fato, muitos outros autores recorrem a uma perspectiva histórica da constituição do campo para discutir suas fronteiras. Em geral os teóricos e pesquisadores aceitam a idéia de que são muitas e muito variadas as fronteiras do campo e tentam avançar razões para isso. Quase todos lembram a diversidade de saberes que se cruzam nos processos comunicacionais, de modo que o campo apenas reflete uma complexidade que estaria presente na natureza desse tipo de processo. Outros estendem esta análise, seja pelo viés das disputas ideológicas (teorias de esquerda, de direita, ecológicas...); seja pelo viés das análises de sociologia da ciência, mostrando a institucionalização do saber comunicacional como a resultante do conflito de forças sociais no interior do campo (agora entendido como um campo de força sociais, não mais como um campo de saber).

A variedade do campo comunicacional seria então decorrente de vários fatores. Ela pode ser atribuída: à complexidade dos processos; ao jogo das forças macro/micro políticas, ao qual se encontram sujeitas suas instituições; bem como da heterogeneidade das lógicas sociais de seus agentes ou a efeitos estruturais de sua organização burocrática, etc. E temo que os níveis de apreensão podem acabar sendo tão numerosos quanto diversificados.

Contudo, independentemente de suas razões e estilos, estes autores aceitam sem discussão crítica a idéia da diversidade do campo, uma idéia que entretanto deveria estar no centro das análises sobre a identidade do campo; uma idéia que deveria ser discutida e não simplesmente apresentada como evidência empírica ou “dogma teórico”. Instaura-se, desde logo, em suas linhas de raciocínio, um círculo vicioso no qual a diversidade do campo orienta o trabalho de produção dessa história, que por sua vez serve de parâmetro para traçar a definição do campo. Desse modo a história parece confirmar a diversidade do campo e esta parece nos dar a identidade da qual se conta a história.

Entenda-se bem, não discuto se o campo é ou não variado, mas que a identidade do campo não pode ser dada *a priori* por uma “definição” não discutida: supostamente “sabemos” que o campo é diverso, e comprovamos isto pelos dados históricos, eles mesmos organizados pelo pressuposto que queremos comprovar. Em outras palavras, sem negar o valor das pesquisas sobre a emergência e desdobramento do pensamento comunicacional, precisamos reconhecer a pouca serventia destas para as investigações epistemológicas, particularmente para os problemas relativos à definição do campo, pois raramente podemos retirar delas mais do que ali foi implicitamente colocado. Por conseguinte, não é dessa forma que uma história da comunicação pode nos ajudar no problema do estabelecimento do campo e suas fronteiras.

Mas antes de irmos adiante, não devemos negligenciar um aspecto preliminar que facilmente se deixa passar despercebido. Vimos que as abruptas variações na escala de tempo e na compreensão do que seria a história da comunicação, apesar de não terem recebido a devida atenção da parte dos estudiosos, acabam necessariamente repercutindo na construção de nosso conceito de comunicação, naquilo que devemos entender por “comunicação” e conseqüentemente em suas teorias. Não obstante, o que primeiramente chama a atenção – e nisto nos reteremos nos próximos parágrafos –, não é tanto o fato de que hajam diferentes versões sobre a formação do campo, mas que nem

sequer haja uma confrontação entre elas: como poderíamos explicar a radical diferença entre as versões e sua pacífica convivência?

Dois aspectos devem ser destacados.

1) Identidade e História sob a ótica da interdisciplinaridade

A negligência do exame dessas diferentes versões sobre a origem, a extensão e a natureza do campo é mais um dos danos que podem ser colocados na conta da visão interdisciplinar: as variações no tempo, as variações de origem, seriam apenas o reflexo de uma complexidade, sem começo nem fim. Daí o desinteresse e o esvaziamento da questão. Entendida como interdisciplinar, a natureza do campo só poderia nos levar a vários começos, cada um deles relativo ao desenvolvimento dos saberes correlatos em suas investigações sobre os processos comunicacionais. Desse modo, a história da comunicação deveria ser entendida como o somatório dessas histórias parciais; ela se encarregaria de expor quando e como os saberes afins (psicologia, sociologia, ciência política...) se interessam pelos processos comunicacionais.

De fato, qualquer campo pode aparecer como intrinsecamente interdisciplinar, já que, sem um sentido especializado – e portanto próprio a uma certa disciplina –, toda matéria de investigação se apresenta como uma junção de diferentes segmentos da realidade. Qualquer objeto banal de nossa vida cotidiana, pode ser apreendido de diversas maneiras. Uma cadeira, por exemplo, pode interessar o historiador, o desenhista industrial, o sociólogo das técnicas... Mesmo noções tão básicas como as de tempo e espaço, tão caras aos estudos da Física, são passíveis de serem apreendidas de outras perspectivas e de entrarem na linha de investigação de disciplinas como a psicologia ou a geografia, por exemplo. E nem por isso a história da Física envolve os avanços dessas outras disciplinas ou isto faz dela um saber interdisciplinar. A intersecção de saberes sobre o objeto empírico não é suficiente para constituir um saber como interdisciplinar, seja porque, neste sentido todos saberes seriam interdisciplinares, seja porque um saber não pode ser fundado em relação ao objeto empírico, mas sim em relação a seu objeto de estudo.

Na verdade, uma história centrada no saber comunicacional (então, em uma disciplina) é muito diferente de uma história que se ocupa de processos empíricos ou manifestações de comunicação em geral. E esta diferença se reflete nos próprios termos normalmente empregados em nossa área de conhecimento para designar sua natureza. Por traz das variações de vocabulário se escondem concepções divergentes do que é o saber comunicacional.

Por exemplo, há um contraste bastante acentuado entre a noção de campo e aquela de disciplina. A obra de B. Miège, “*O Pensamento Comunicacional*”, revela bem as hesitações a que se expõe o estudioso de nosso domínio de estudos. A princípio o autor tenta superar esta dicotomia entre disciplina e campo (ou interdisciplina), mas a opção por esta última é mais do que evidente. Ele aproxima a noção de “pensamento comunicacional” daquela de “campo” e a emprega num muito sentido abrangente, de modo que ela designa uma série talvez demasiado ampla de práticas sociais, paralelas à produção acadêmica e que também seriam responsáveis pela produção de conhecimento sobre a comunicação.

[...] a expressão – *pensamento comunicacional* – é para atender ao fato de que as idéias ou as representações que fazemos da comunicação provêm igualmente dos profissionais e dos atores sociais, desenvolvendo suas próprias ações e suas estratégias informacionais. Nesse sentido, devemos admitir que esse pensamento ganha forma tanto a partir da prática com a partir das proposições dos teóricos (p.15).

E completa sua idéia mais à frente quando detalha que o pensamento comunicacional

supera, quase sempre, as camadas disciplinares existentes ou a flora de especialistas que se sentem confinados em suas disciplinas de origem. Ele articula as reflexões desses novos especialistas com as reflexões produzidas por certos profissionais (engenheiros de redes de comunicação, publicitários, jornalistas, assessores de imprensa, especialistas da “vigilância estratégica”, idealizadores de serviços telemáticos...) [...] (Miège, 2000: p. 21)

Vemos que se trata de uma visão de certo modo ainda mais radical que a da interdisciplinaridade típica, pois estende ao máximo a noção de produção de conhecimento na medida em que, além das disciplinas, ela também inclui as práticas sociais. Como muitos outros, Bernard Miège aceita e adere completamente ao conceito de *campo* formulado por Pierre Bourdieu e saúda esta formulação como perfeitamente capaz de expressar o campo comunicacional (MIÈGE, 2000: pp. 130-131). Entretanto, e sem colocar em dúvida a fórmula do sociólogo, não caberia antes se perguntar por sua pertinência? Ou podemos simplesmente abrir mão do que entendemos por saber comunicacional, deixando isto para a sociologia?

Mas o que é altamente curioso na proposição de Miège, é que a abordagem da comunicação enquanto campo não está refletida em sua obra. Apesar de defender que o pensamento comunicacional seja fruto não somente de várias disciplinas, como também de vários segmentos da vida social (profissionais da comunicação, atores sociais), chegando até mesmo a se tornar uma ideologia, Miège nos oferece uma descrição histórica da formação do pensamento comunicacional na qual apenas as idéias acadêmicas e as correntes teóricas são apresentadas e discutidas.

Este formidável lapso não é casual, pois seria muito difícil colocar tudo no mesmo plano. As práticas sociais não podem ser equiparadas às teorias, pelo menos no sentido em que elas não podem receber tratamento semelhante: elas não se encontram sistematizadas, nem tampouco podem ser apresentadas como proposições de ordem explicativas como as teorias. Em suma, as práticas sociais não são da ordem do discurso e até sua simples descrição já implica uma certa concepção teórica (explícita ou subjacente), mesmo quando se trata das reflexões que os profissionais fazem sobre seu trabalho. Então, não nos parece sustentável a idéia de que as “práticas sociais” possam intervir diretamente no nível da teoria, ou que estas “reflexões dos profissionais” tenham o mesmo objetivo da produção teórica dos pesquisadores, ou ainda que possam ter peso semelhante a dos teóricos no que diz respeito à formação do saber comunicacional.

Por outro lado, o que normalmente entendemos por “campo” é algo relativo ao conhecimento (campo de conhecimento) e não ao social (noção de campo empregada pelos sociólogos, como faz Miège). Trata-se de algo muito

mais vago e geral que uma disciplina. Esta metáfora espacial designa um espaço ou um tema onde agem um certo conjunto de forças. Por “campo comunicacional”, deveríamos então entender um tema geral – no caso, processos comunicacionais, empiricamente definidos –, passível de interessar, ser apreendido e tratado por diversas disciplinas.

Segundo a observação muito apropriada de Pierre Albert,

como poderíamos justificar que um cientista político renuncie a estudar a propaganda política, um sociólogo o consumo dos meios de informação, um economista a informação econômica ou um jurista os problemas levantados pela liberdade de imprensa? (1977: 42).

Neste sentido a noção de campo indicaria os saberes correlatos a um certo objeto empírico e por “interdisciplinaridade” deveremos entender apenas um truísmo: todo objeto empírico pode ser estudado por diversos saberes. Não obstante, uma observação importante pode ser tirada: enquanto a noção de campo se funda no objeto empírico, a noção de disciplina, ao contrário, diz respeito à perspectiva teórica que constrói um certo objeto. Então o *objeto empírico* está para a noção de campo assim como o objeto teoricamente construído, ou simplesmente *objeto de estudo*, está para a noção de disciplina. Portanto, quando falamos em campo comunicacional não designamos um domínio de conhecimento preciso, mas os vários saberes que podem ser reunidos em torno de processos empíricos, tomados enquanto uma manifestação no mundo

Ora, se de um lado a noção de campo implica a idéia de objeto empírico, os processos comunicacionais são extremamente abundantes e essenciais para todo tipo de atividade humana. Como afirma Schramm,

a comunicação é um – talvez o – processo social fundamental. Sem comunicação as sociedades e grupos humanos não existiriam. Dificilmente alguém pode projetar uma pesquisa ou fazer teoria em qualquer campo do comportamento humano sem fazer alguma suposição sobre a comunicação humana (p.1).

Então, se os processos comunicacionais necessariamente fazem parte das investigações relativas a qualquer aspecto do universo humano, devemos tirar a conclusão óbvia e necessária de que eles entram na linha de análise de qualquer ciência social ou humana. A interdisciplinaridade aqui nada mais é que uma propriedade natural dos objetos empíricos e de pouco valor para a epistemologia, já que o objetivo desta é avaliar o conhecimento científico, ou seja, as teorias de uma disciplina. O que não pode ser colocado, muito menos solucionado pela noção de “campo”, que simplesmente designa de maneira muito vaga agrupamentos de disciplinas ao redor de um objeto empírico, ou ao redor de um problema empiricamente colocado ¹, e não a discussão aprofundada sobre as teorias. Aliás, as teorias de um campo seriam aquelas relativas ao conjunto de saberes em jogo, no caso da comunicação, por ser um campo de amplitude máxima, todos os saberes das ciências do homem se encontram implicados. É a conclusão mesma a que chegam certos autores que vêm na comunicação apenas um sinônimo para interdisciplinaridade (reunião de todos os saberes).

Não é o caso aqui de nos alongarmos nesta correspondência entre o emprego do termo “campo” e sua íntima relação com a visão interdisciplinar.

Contudo, deixemos claro que se trata de duas noções que têm sua utilidade. Neste sentido, elas não são o alvo de nossas críticas. Nossa questão é que os teóricos da comunicação têm tendência a misturar e confundir diferentes âmbitos de problematização, como processo empírico e conhecimento teórico, justamente por não levarem em conta a distinção em pauta. Saindo em defesa de um campo comunicacional, partindo então do objeto empírico, eles acham que podem tirar a conclusão de que a comunicação não poderia ser uma disciplina, como se um invalidasse o outro. A noção de campo não invalida a de disciplina, quer dizer, a existência de um campo comunicacional não é, nem pode ser, um argumento contra a possibilidade de constituição de uma disciplina ou saber comunicacional. O fato de existirem teorias em sociologia, psicologia... relativas aos processos comunicacionais, não fazem delas teorias da comunicação, no estrito sentido do termo ², pois não perdem suas características originais, elas continuando sendo teorias sociológicas, psicológicas, etc., cuja característica comum – mas extrínseca a elas – é de partilharem a investigação de processos passíveis de serem designados genericamente como “comunicação”. Por que então invalidariam a existência de teorias da comunicação, quer dizer, a possibilidade de um saber centrado na análise dos fenômenos comunicacionais a partir de uma perspectiva própria?

Mesmo um pesquisador de grandes qualidades e versado em história da imprensa, como Pierre Albert, não está livre desse engano. O texto de sua autoria acima citado é parte de sua argumentação de que as ciências da informação e da comunicação teriam apenas “*uma autonomia relativa*” (p. 42). Para ele, a Comunicação se “sobreporia” (outra metáfora espacial) à outras ciências sociais, mais “*antigas*” e “*totalitárias*” (história, direito, economia, psicologia, sociologia, ciências políticas). Entre outras coisas, parece lhe escapar que toda disciplina é “totalitária”, pois não se caracteriza por um rol de objetos empíricos a serem investigados, mas como uma perspectiva particular, uma “forma de ver”, descrever, compreender e explicar os fenômenos. Decididamente, uma disciplina não estabelece seu objeto de estudo como quem recebe seu quinhão. Não há nenhuma partilha do estudo da realidade; não há nenhum “contrato social”, nenhum pacto racional e negociado sobre os limites de investigação de cada disciplina. A sociologia não se detém diante de um objeto qualquer, tal como a subjetividade, típico da psicologia, para no exercício de uma suposta prudência ou comedimento renunciar à sua análise. Não há “fronteiras” em relação aos objetos empíricos (quanto mais em matéria de pensamento), o que faz com que a sociologia também tenha sua interpretação da subjetividade, assim como a psicologia reciprocamente tenha a sua em relação ao social. Toda disciplina em ciências humanas e sociais gera um olhar sobre o mundo, e não apenas sobre um objeto; se cada uma acaba se concentrando em determinados pontos, é porque, de sua perspectiva, estes lhes parecem ser os pontos mais relevantes para a compreensão do Homem, este objeto genérico comum a todas elas: trata-se de sua contribuição para compreensão do universo humano. O que chamamos de “disciplinas” nada mais é do que a designação de uma dessas perspectivas fundamentais através das quais se tenta apreender a significação do homem, objeto cuja totalidade, assim como qualquer outro, é inacessível através do discurso (nenhum discurso pode abarcar e esgotar a realidade). É um erro ingênuo, e nem por isso pouco disseminado, acreditar que a divisão disciplinar corresponde a uma repartição qualquer das “coisas” e do mundo. Desconsidera-se, assim, um importante papel da teoria, que não somente explica, mas constrói seu objeto. Mais

precisamente, toda teoria toma partido, na forma de um “engajamento ontológico”, pelo simples ato de descrever, de estar diante de um certo fenômeno.

Além disso, é preciso ter-se em conta que aqueles que procuram inviabilizar o saber comunicacional opondo a ele a noção de campo, deslocando e opondo o problema da formação de uma disciplina para o da constituição de um campo – e infelizmente não são poucos –, o fazem sem medirem as conseqüências de suas considerações. Observe-se que o argumento de Pierre Albert não é apenas equivocado, mas em sua radicalidade inviabiliza qualquer disciplina, e não somente um saber comunicacional. Basta inverter seu exemplo, aplicando a outras disciplinas o mesmo raciocínio empregado na citação acima. Se aceitarmos o argumento em questão, então deveríamos também nos opor, por exemplo, a existência de uma disciplina “sociologia”, pois

como poderíamos justificar que um cientista político renuncie a estudar os efeitos da propaganda política sobre os movimentos sociais, ou um comunicólogo o consumo dos meios de informação, um economista a influência econômica sobre o comportamento social, ou um jurista os problemas levantados pelos atritos inerentes à dinâmica social?

Em suma, nenhuma disciplina delimita uma parte da realidade como sua propriedade privada. Não há invasões, nem fronteiras a serem ultrapassadas, muito menos a serem derrubadas.

Os textos de nossa área que defendem uma visão interdisciplinar freqüentemente falam em “transpor as fronteiras”, mas toda a ruidosa pregação para se “acabar com as fronteiras”, e por conseguinte, com as disciplinas, não passa de um problema mal colocado, pois não leva em conta as características do conhecimento, sua natureza analítica e suas relações com a linguagem. As metáforas espaciais que aí pululam deveriam ser substituídas por expressões, mais apropriadas ao problema do conhecimento, já que portam o grave inconveniente de substancializarem as formas de compreensão, ao invés de tomá-las em sua natureza de perspectivas de análise. Elas induzem ao equívoco de se pensar os limites de uma disciplina, ao invés de suas limitações, porque na verdade o problema é muito menos o de contornos concretos, as linhas que marcam a exterioridade, que os horizontes de finitude que caracteriza cada disciplina, isto é, o tipo de abordagem ou sua particularidade enquanto saber. Uma disciplina representa um tipo de “engajamento ontológico”, o qual se traduz na construção de seu objeto de estudo e na linha de investigação que imprime enquanto uma perspectiva de compreensão original da realidade. Daí todo o descabimento de tentar levar muito ao pé da letra o significado das relações disciplinares, ou mesmo a definição de uma dada disciplina, através de analogia e metáforas dessa ordem.

Então, ao aceitarem a idéia de uma natureza interdisciplinar para a comunicação, criando um certo tipo de identidade para o campo, os investigadores adotam muito prontamente uma perspectiva “epistemológica” (ou anti-epistemológica) muito mais discutível que discutida e sob muitos aspectos injustificada. Assim fazendo, eles primeiramente negam a possibilidade de se traçar a história de uma disciplina ou de um saber propriamente comunicacional. Por conseguinte, eles passam a se interessar por outros saberes e acabam esvaziando a confrontação das discrepantes e

desconcertantes versões sobre a origem de nosso domínio de estudo, abandonando assim toda tentativa de extrair sua significação.

2) Identidade e sociologia da ciência

Por outro lado, a visão interdisciplinar envolve um outro problema, o da conceituação do termo “comunicação”. A análise histórica, evidentemente será tributária da opção feita. E desde logo dois sentidos se abrem frente ao historiador da comunicação: uma *história dos processos* (comunicação interpessoal, comunicação de massa, tecnologias, etnologia da comunicação...); ou uma *história do saber comunicacional* (história das teorias, da emergência do campo, do estabelecimento de uma disciplina acadêmica e suas instituições...). Mas estes dois eixos têm desdobramentos desiguais. Se a história dos processos comunicacionais parece se confundir com a emergência mesma do ser humano, perdendo-se portanto na noite dos primeiros tempos, a emergência do saber comunicacional, entretanto, depende diretamente da idéia que temos do saber em questão.

A dificuldade desse último ponto, levou os historiadores da comunicação a se aterem aos aspectos mais seguros, ou seja, a se concentrarem cada vez mais nos aspectos institucionais. Isto fez com que eles acabassem se aproximando bastante de uma outra linha de análise, a sociologia da ciência. E de fato, tem se tornado cada vez mais freqüente recorrer-se a esta abordagem para contornar os problemas do debate da definição do termo comunicação. No entanto, o deslocamento do plano da epistemologia para o da sociologia da ciência, ainda que possa lançar luz sobre determinados aspectos do problema, deixa intacta a questão central de definir o saber comunicacional a partir de suas teorias, quer dizer, a partir da fundamentação, da validade e do tipo de conhecimento que é capaz de gerar. Pois, afinal, é isso que está em jogo no debate da definição do termo, e não apenas um capricho de nomenclatura.

Na falta de uma reflexão sobre a definição do termo comunicação, os historiadores (e mesmo os teóricos mais avançados) muitas vezes não podem evitar a confusão entre *processo* e *disciplina* misturando o plano empírico com o domínio de conhecimento. Confusão certamente induzida pela designação de uma mesma palavra “comunicação” – que faz com que a história do saber comunicacional seja confundida com a dos processos comunicacionais. Não que os temas sejam necessariamente desconexos, mas um panorama sobre os processos comunicacionais, de modo geral, só pode ser um empreendimento multidisciplinar e nesse sentido, uma “história da comunicação” passa a ser uma “*categoria demasiado estreita para designar um projeto intelectual*” bastante complexo, como admite Roger Chartier ³.

Aos que se dão conta da enorme pretensão ou do despropósito de empreender um tal projeto, as opções se apresentam reduzidas: se os processos comunicacionais não são definidos a partir do saber comunicacional, nada mais natural que sua significação venha de outros saberes ou seja dada de forma espontânea e intuitiva, como a encontrada no senso comum. Não há muito de que se regozijar quando percebemos que, sob o fino verniz de sofisticação, as definições que temos de comunicação (processo), mal escondem sua direta derivação da acepção ordinária. Para boa parte dos trabalhos do campo, o termo comunicação diz respeito às trocas de mensagem (informação, sentimento,

pensamento, dados, sinais...) (MCQUAIL 1994; BALLE, 1992). Dessa forma, o processo comunicacional, aquilo que deveria ser a matéria mesma sobre a qual se debruçam os especialistas, acaba sendo definido de forma vaga e inconsistente, repercutindo negativamente no desenvolvimento dos trabalhos de história da comunicação.

Por esta razão os trabalhos em sociologia das ciências têm tido uma grande aceitação da parte dos teóricos em comunicação. Eles forneceriam as condições de superar o debate sobre a definição do termo comunicação, ao mesmo tempo que se colocam como uma alternativa para escapar do senso comum. Contudo, é importante não aceitarmos prontamente esta abordagem como uma panacéia. Estejamos atentos para o fato de que há deslocamentos de sentidos que impedem de ver uma solução tão absoluta e definitiva quanto alguns acreditam.

A abordagem sociológica toma o saber comunicacional não por suas idéias, mas como “aquilo que os comunicólogos fazem”; o que é perfeitamente legítimo para os propósitos dos sociólogos e não teria maiores conseqüências para nossa discussão se muitos pesquisadores não acreditassem poder ver aí a possibilidade de fornecer uma base empírica à definição do saber comunicacional, colocando-se acima de toda e qualquer controvérsia sobre seu significado. Eles parecem não se dar conta de que isto apenas desloca o problema, saímos do campo epistemológico para formular um problema de sociologia. Parece passar despercebido que se uma tal solução existe, ela existe às expensas do problema original; ou dito de outro modo, a sociologia da ciência não escapa ao problema das definições, ela simplesmente fornece uma formulação que elimina o problema que nos interessa. Ela deixa intacta a questão central da identidade, pois quem coloca o problema da identidade de um saber jamais poderá se contentar com o tipo de resposta dada pela sociologia do conhecimento. Esta procura identificar o grupo ou a comunidade daqueles que discutem o tema “comunicação” e se reconhecem em torno de suas instituições; seu objetivo é estabelecer a dinâmica desse grupo e o processo de formação dos valores que aí são gerados, justamente aquilo que sustenta sua integração e identidade social.

O problema epistemológico, por outro lado, é o conhecimento comunicacional enquanto tal. Sua questão não é saber como o jogo do poder é jogado no interior dessa comunidade, pois não se admite a redução da questão do conhecimento a do poder. Mesmo porque este jogo não é apenas o exercício da força ou o comércio das arbitrariedades, mas se faz a partir do conhecimento comunicacional, exatamente o que a epistemologia toma como problema. A abordagem epistemológica não nega e nem precisa negar o processo social do conhecimento, nem se fecha numa posição idealista, ela simplesmente coloca seu problema no plano do conhecimento. A sociologia das ciências não pode nos ajudar, a não ser contribuindo com alguns parâmetros eventualmente úteis, ou mais radicalmente servindo de contraponto ao saber epistemológico, mas pode tornar-se completamente descabida se pretende substituir o problema epistemológico. E mesmo nociva, se os próprios estudiosos da comunicação não se derem conta ou acreditarem que isso seja possível.

Comunicação: Um objeto óbvio, um saber urgente!

As observações acima nos coloca a seguinte questão: se aceitarmos esta avaliação sobre a fragilidade da fundamentação do saber comunicacional, como poderíamos então entender sua institucionalização? Como o saber comunicacional chegou a se constituir ou chegou a ser matéria de discussão?

É bastante significativo o modo como a comunicação se impõe. Parece óbvio que a cultura se dê como comunicação de valores, que a sociedade seja uma trama comunicacional, que a sociabilidade coincida com a comunicação dos agentes, que a construção social da realidade seja um processo comunicativo, que a educação seja basicamente uma relação comunicativa (interpessoal/mediada), que o processo terapêutico de cunho psicanalítico se dê através da linguagem e como linguagem, que a filosofia seja um uso da palavra, que a literatura sua estetização... Enfim, não passa pela cabeça de ninguém por em dúvida a importância dos processos comunicacionais, já que a comunicação é a substância que reveste o domínio simbólico, registro exclusivo e mais típico do humano. A comunicação recobre, então, vastas extensões do universo humano e se apresenta como uma das chaves para sua compreensão. Tudo isto comporta uma grande dose de obviedade, que em suas incansáveis variações, povoa os escritos dos estudiosos, que souberam muito bem tirar partido dela para estabelecer a comunicação no mundo acadêmico.

Três fatores estiveram disponíveis e geralmente presentes na argumentação daqueles que discutem a fundação do campo comunicacional: a abundância dos processos comunicacionais; a incontestável importância de seu estudo; a urgência de seus propósitos. Estes fatores tiveram um papel decisivo para sua rápida aceitação e institucionalização, malgrado o precário estado de sua fundamentação teórica. Contudo, eles constituem agora verdadeiros obstáculos para o seu desenvolvimento. Passada a hora de convencer os outros, chegamos em uma fase na qual o saber comunicacional não pode mais se impor como uma *evidência*. Não se pode mais adiar a discussão de seus fundamentos, sem correr o risco de ruir sob o peso da massa de trabalhos descosidos e de suas incontáveis problemáticas e interesses. O que antes era um fator aliado passa a ser um impedimento; o que antes servia como justificativa, agora virou desculpa, subterfúgio que certamente será cada vez menos eficiente, devido ao desgaste do uso e a repetida inocuidade de seus resultados.

A alegação da importância dos processos comunicacionais para a constituição e funcionamento seja do psiquismo, da sociedade ou da cultura, enfim sua importância para tudo aquilo que diz respeito à apreensão do fenômeno humano, não pode mais ser empregada como ponto de partida para a discussão das origens, tampouco para a fundamentação do campo comunicacional. Quanto mais tentamos justificar nossa disciplina afirmando que se trata de um princípio essencial à atividade humana, que se trata mesmo da condição de possibilidade do ser humano e de todo seu universo (subjetividade, sociedade, cultura, política...), mais nos afastamos da possibilidade de fundamentar um saber propriamente comunicacional. Como nos mostra a história de outras disciplinas, a constituição de um saber exige a superação desse estado de generalidade e a demarcação de um fenômeno particular, pois constituído a partir de uma ótica teórica específica.

Veja-se a sociologia, cujo caso é particularmente exemplar. Mesmo antes de Durkheim já se falava em “sociólogos”, assim como hoje falamos em

“comunicólogos. Um neologismo, cujo benefício maior seria o de facilitar a expressão, desde que empregado com muita parcimônia e certa discrição, em todo caso, sem muito convencimento ou vontade de ir-se muito longe em sua sustentação. Em suma, não era nada mais que uma maneira de dizer. Porém, o autor de *As Regras do Método Sociológico*, em contraste com os grandes nomes da “sociologia” da época, A. Comte e Hebert Spencer, apresentou uma visão clara e consistente do que deveríamos entender por sociologia e mostrou o quanto estas grandes autoridades simplesmente se afastavam de uma visão propriamente sociológica.

De fato, a sociologia somente pôde ser admitida como um saber autônomo quando foi afastada a idéia de que “o homem é um animal gregário” (ou qualquer outra parecida), porque nenhum saber pode ser fundado sobre truísmos. A idéia de que “os homens sempre viveram em sociedade” nunca ajudou a sociologia, ao contrário, por muito tempo impediu que se visse que o trabalho dessa disciplina passava justamente pelo estudo das formas que as sociedades concretas assumem e não pela discussão geral sobre o fato do homem ser sociável – o que a confundia com a filosofia ou a psicologia.

É exatamente isto que caracteriza e constitui um saber: o momento em que, ele se encontra em condições de apontar, justificar e sustentar a colocação de seus problemas frente a outras perspectivas já constituídas, que expressam o trabalho de outras disciplinas. E isso, sem repeti-las ou simplesmente ser uma mera aplicação dos conhecimentos alheios. É nesse momento que uma disciplina pode oferecer um corpus teórico (que certamente servirá de contribuição às investigações levadas por pesquisadores de outros campos), pois gera um conhecimento teórico próprio.

Ora, o saber comunicacional parece ter se desenvolvido numa direção diferente da de outros saberes e de forma bastante curiosa. Enquanto que outras disciplinas tiveram que aguardar um estado de maturidade de sua elaboração teórica para justificar os correlatos desenvolvimentos institucionais (revistas, cadeiras universitárias, faculdades, associações representativas, institutos de pesquisas...), a Comunicação seguiu um caminho inverso, de tal sorte, que as instituições foram criadas antes mesmo deste saber ter alcançado sua maturidade teórica.

Talvez isto possa não ser tão absurdo como parece à primeira vista, se tivermos em conta que o desenvolvimento desse saber se deu pela pressão da opinião pública, de políticos, de dirigentes, de comerciantes e mesmo por interesses individuais (por exemplo, pais de famílias preocupados com o real impacto dos media sobre a educação e a saúde de suas crianças, ou do cidadão com o efeito da propaganda política ou comercial). A urgência em obter respostas a esses problemas levaram à uma certa indulgência em relação ao estado de fundamentação do saber emergente. Mas certamente é descabida a idéia de que um saber possa prescindir de um corpo teórico próprio.

Mesmo a constatação de um tal contra-senso não parece impedir ou desencorajar alguns “teóricos” de nossa área a radicalizarem suas posições e defenderem que

uma disciplina científica, ou ao menos um campo de estudos e pesquisas como as ciências da comunicação, pode muito bem se desenvolver sem jamais sentir a necessidade de uma reflexão teórica. Isto pode mesmo inibir este desenvolvimento se ela se faz demasiado insistente e demasiado exigente quando das primeiras tentativas de análise da realidade social [WINKIN, in Sfez, Lucien (org.) – *Dictionnaire Critique de la Communication*. PUF. Paris, p. 414.].

Para muitas de nossas “autoridades”, mesmo se elas não assumem tão claramente sua posição, a reflexão teórica não somente é dispensável, mas pode até mesmo atrapalhar. Mais uma vez a preferência recaí sobre as soluções mágicas: é melhor desaparecer com o problema que encará-lo de frente. Parece que qualquer coisa é melhor que enfrentar o problema da definição do campo: “invenção” de uma “disciplina” interdisciplinar; dissolução do saber comunicacional na ação dos agentes sociais, desprezo da teoria, negação da possibilidade de um saber comunicacional ou a afirmação de sua natureza *suis generis* (não seria ciência, nem filosofia, nem arte...). Mesmo se o preço a pagar seja o sacrifício do sentido de nossas atividades de educadores ou a vanidade de grande parte de nossas pesquisas.

São atitudes como estas que reforçam a inclinação dos pesquisadores em comunicação a abandonarem suas investigações sobre a identidade de nosso saber; a abdicarem da produção teórica. Atitudes também lamentáveis porque atingem nossos alunos, as novas gerações de pesquisadores, encorajando-os a partirem diretamente das investigações de outras disciplinas, ou delas se servirem sem muita reflexão. Por não investirem na definição da especificidade de seu saber, eles pilham as disciplinas vizinhas na ânsia de encontrar subsídios teóricos que os tornem capazes de entender os fenômenos comunicacionais. Mas dessa forma sua produção não passa de uma aplicação de conhecimentos oriundos de outras áreas (BERGER, 1991), o que merecia um exame sério da pertinência e da competência desses “psicólogos”, “sociólogos”... improvisados segundo a demanda dos fatos.

Sem o marco cardinal de uma definição apropriada de seu saber, ou seja, sem uma reflexão epistemológica sobre os fundamentos e a singularidade de sua disciplina, os comunicólogos se vêm privados do instrumento que lhes permitiria distinguir o que é uma contribuição daquilo que propriamente é um trabalho em comunicação. Por não terem esse parâmetro fundamental, a “disciplina” se abre a todo e qualquer problema que resvale em algum processo comunicacional. Ela está aberta a toda e qualquer teoria, como verdadeiro buraco negro a dragar o conhecimento, de modo a não poder separar o que é seu e o que é de outros. Tudo isso em detrimento de sua caracterização e, pior, sem parecer ter idéia do que seja a produção de conhecimento 4.

História e Identidade

Na falta de uma elaboração epistemológica consistente, é natural que os investigadores se voltem para os aspectos da história do campo, na intenção de buscar subsídios para suas análises. Mas o que vimos é que há uma grande correlação entre os temas.

Parafraseando um renomado historiador 5,

Onde começa a Comunicação? Há duas maneiras de se entender esta questão. Inicialmente pode-se perguntar onde situar as fronteiras da Comunicação, as margens que a separam daquilo que ela ainda não é, ou daquilo que de fato não é ela. Em seguida, podemos perguntar onde ela apareceu pela primeira vez, em que lugar surgiu – e por que aí e não em outra parte. Questão sobre a identidade, questão sobre a origem, ligadas uma à outra, inseparáveis; mesmo se numa lógica demasiado boa e simples, a segunda questão parece já pressupor resolvida a primeira. Dir-se-á: para estabelecer a data e o local de nascimento da Comunicação também é necessário conhecer o que ela é, possuir a sua definição para distingui-la das formas de pensamento não-comunicacionais. Mas, ao inverso, quem não vê que não se poderia definir a Comunicação no abstrato, como se ela fosse uma essência eterna? Para se saber o que ela é, é preciso examinar as condições do seu nascimento, seguir o movimento pelo qual se constituiu historicamente.

Fazer uma história da comunicação, marcar a origem do campo, é de certa forma já saber o que é comunicação; é estar em condições de poder estabelecer suas fronteiras. A questão da origem e da identidade, da fundação e da fundamentação de uma disciplina são auto-recorrentes, retornam uma à outra para se completarem, quer em sua origem, quer em seu desenvolvimento.

Sem a reflexão epistemológica uma “história da comunicação” apareceria apenas como um novo nome, um rótulo, para algo que já encontramos por toda parte: história da civilização, das relações sociais, da transmissão cultural, das relações interculturais, mas também, história política, das mentalidades... E se não fosse o caso de ser inviável, um tal empreendimento dificilmente conseguiria reverter a forte impressão de ser desnecessário, pois uma história da comunicação seria apenas um outro nome para o que já fazem os historiadores. Por sua vez, sem a dimensão histórica, as discussões epistemológicas tendem a ceder a sua inclinação idealista, se tornando presa fácil das “homonímias” históricas, estas peças que as palavras por vezes pregam no historiador distraído e nos incautos que se aventuram pelas paragens do tempo histórico sem a devida compreensão de sua natureza discursiva e teórica.

De costas para a história, tudo parece igual, tudo parece sempre ter estado aí. De onde a possibilidade de sempre se poder recuar e alargar o campo de análise, deixando livre curso a crença de que a comunicação sempre esteve aí, onipresente e invariável, atravessando o tempo sempre igual a si mesma, alterando apenas sua roupagem tecnológica e as mensagens. Aliás, conteúdos e formas tecnológica, seria tudo o que haveria de variável ou de histórico na comunicação, ela mesma sendo trans-histórica, uma faculdade universal e inerente ao homem.

Então se de um lado, a falta de um recorte epistemológico faz da história uma história total (passamos a identificar os processos comunicacionais como todo e qualquer objeto humano, confundindo o estudo da comunicação com o da totalidade da história); de outro lado, privado do sentido histórico, o trabalho epistemológico acaba renunciando a um dos mais importantes métodos para definir seu objeto: a singularidade histórica de seu objeto de estudo (MARTINO, 2001).

Em suma, se a falta de reflexão epistemológica faz da maior parte de nossos estudos sobre a história do campo um material pouco aproveitável enquanto tal, a falta de sentido histórico é uma das fontes da ilusão de termos uma visão do campo como sendo muito extenso e variado, e portanto insondável.

Bibliografia

- ALBERT, Pierre – “Reflexions sur la diversité des Sciences de l’Information”, in *Publications la Maison des Sciences de l’Homme d’Aquitaine*, n.º. 20, Bordeaux, 1977.
- BALLE, Francis – *Media et Société*. Éditions Monchrestien. Paris, 1992, 6^é éd.
- BERGER, Charles R. – “Chautauqua: Why Are There So Few Communication Theories?: communication theories and other curios, in *Communication Monographs* vol. 58, march 1991, pp.101-113.
- BRETON, Ph.; GAUTHIER, Gilles – *Histoire des théories de l’argumentation*. La Découverte. Paris, 2000.
- BRETON, Philippe; PROULX, Serge – *Sociologia da comunicação*. Edições Loyola, São Paulo, 2002. Tradução brasileira de “L’explosion de la communication”, Paris-Montréal, La Découverte & Boréal, 1993.
- CHARTIER, R., MATTELART, A., BRETON, PH., FLICHY, P. – “Entretiens”, questions de Pascal LARDELLIER, in *MEI “Médiation et Information”* n.º 10 numéro thématique “Histoire et Communication”. L’Harmattan. Paris, 1999.
- DURKHEIM, E. – *Les Règles de la méthode sociologique*. Précédées de *Les Règles de la méthode sociologique où l’instauration du raisonnement expérimental en sociologie*, par J.-M. Berthelot. Flammarion, 1988 (1894, 1895).
- FLICHY, Patrice – *Une histoire de la Communication Moderne*. La Découverte. Paris, 1991.
- MARTINO, Luiz C. – “Elementos para uma Epistemologia da Comunicação”, in A. Hohlfeldt; L. Martino; V. França (orgs.) – *Teorias da Comunicação*. Vozes. Petrópolis, 2001.
- MARTINO, Luiz C. – O Marketing Intelectual: a produção do conhecimento como jogo ético”, texto apresentado no Pós-Com, INTERCOM 2003. PUC, Belo Horizonte.
- MARTINO, Luiz C. (2003a) – “Ceticismo e Inteligibilidade do Saber Comunicacional”, in *Galáxia: revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura*, revista do PPG da PUC-SP, n.º 5, abril de 2003. São Paulo: Educ. Brasília: CNPq, 2003.
- MARTINO, Luiz C. (2003b) – “As Epistemologias Contemporâneas e o Lugar da Comunicação”, in Maria Immacolata Vassalo Lopes (org.) *Epistemologia da Comunicação*. Loyola. São Paulo, 2003, pp. 69-101.
- MATTELART, Armand et MATTELART, Michèle – *História das Teorias da Comunicação*. Ed. Loyola. São Paulo, 1999, 6^a edição 2003.
- MCQUAIL, Denis (1983) – *Introducción a la teoría de la comunicación de masas*. Paidós. Barcelona, 1994, (3^a edición revisada y ampliada).
- MIÈGE, Bernard – *O Pensamento Comunicacional*. Vozes. Petrópolis, 2000.
- WOLTON, D. – *Penser la Communication*. Flammarion, collections Champs. Paris, 1997.

¹ É preciso ter em conta algumas precisões terminológicas. Tomemos três referências. A noção de *coisa-em-si* (e outras) expressa a possibilidade de se falar das coisas nelas mesmas, independente de quem as percebe ou as conhece. A noção de *objeto de estudo* (de uma pesquisa) se refere a construção teórica pela qual um objeto aparece ao investigador. A noção de *objeto empírico* não exprime o real, como a primeira, nem deixa de ser abstrata como a segunda. Ela não é metafísica, nem científica, mas própria ao senso comum e inseparável da idéia de “realidade”. Se a primeira dispensa a atividade do sujeito, na ciência o sujeito é a comunidade científica e a tradição que funda e fundamenta um certo saber, de modo que a noção de objeto de estudo é necessariamente relativa e plural (disciplinas = perspectivas). Por fim, na noção de *objeto empírico*, o sujeito é a cultura (ordem simbólica), a relatividade fica por conta dos indivíduos, mas pressupõe a unidade na noção de realidade.

² Cf. nossa distinção entre teorias *da* comunicação e teorias *sobre* a comunicação. As primeiras remetem a um saber, uma disciplina ou conhecimento específico, enquanto a segunda designação diz respeito às teorias de diversos saberes voltadas para o tema da comunicação, a análise de processos comunicacionais segundo seus interesses, métodos, objetivos, enfim, segundo as abordagens que as caracterizam (MARTINO, 2003a).

³ (...) “história da comunicação” é uma categoria demasiado estreita para designar um projeto intelectual que entende ligar, numa mesma abordagem, o estudo das formas de produção, de inscrição, de circulação e de recepção dos textos (ou das imagens ou da música). Daí a possibilidade de designar este espaço de trabalho a partir de diversos domínios...” (CHARTIER e alii., 1999: p.19).

⁴ O devaneio interdisciplinar (bem entendido, há interdisciplinaridades e interdisciplinaridades, ou seja, nós apenas nos atemos à aquela com pretensão a ser uma alternativa epistemológica) não afeta somente nossa disciplina mas dá uma idéia errada do que é o conhecimento, introduzindo mitos como o da complexidade sem limites, aproximando perigosamente as noções de conhecimento e de informação, correndo o risco substituir aquela por esta. Cf. Martino 2003c.

⁵ Referimo-nos a Jean-Pierre Vernant, o texto citado troca o termo filosofia por comunicação e se encontra em VERNANT, J.-P. e VIDAL-NAQUET, P. – *La Grèce ancienne I : du mythe à la raison*. Éd. du Seuil. Paris, 1990 (1965, 1981), p. 229.